



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

JUL-AGO/20 | Nº 405 | ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO | WWW.SJSP.ORG.BR

ENTREVISTA

Bianca Santana
reage à ofensa
processando
Jair Bolsonaro

COVID-19

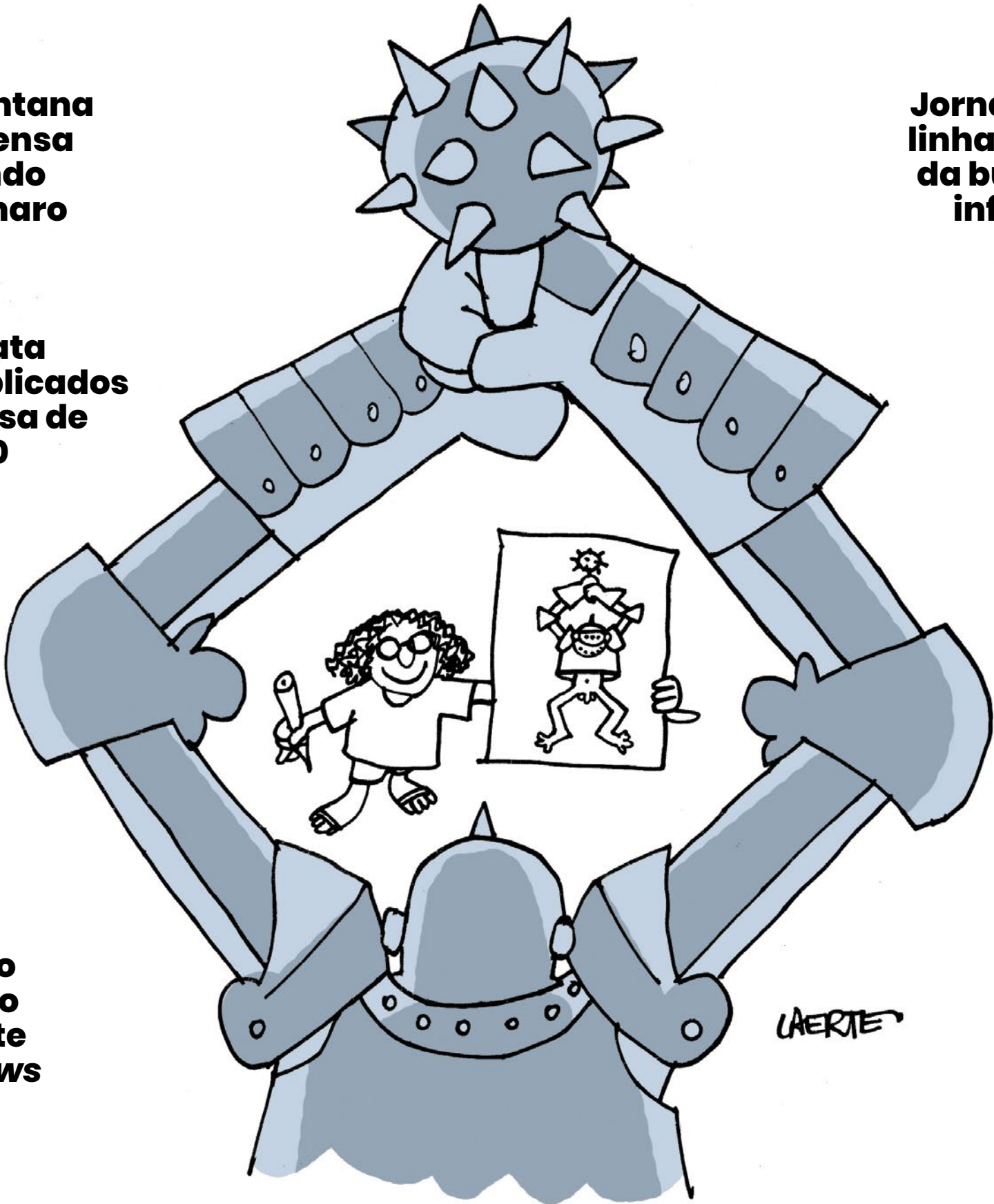
Jornalistas na
linha de frente
da busca pela
informação

LUIZ GAMA

Livro resgata
textos publicados
na imprensa de
1860 a 1880

ARTIGO

Jornalismo
e educação
no combate
às *fake news*



A OFENSIVA DOS BRUCUTUS

CHARGISTAS SOB ATAQUE DO PRESIDENTE E DA POLÍCIA. CRESCE A GUERRA AO JORNALISMO

EDITORIAL

#SomosTodos
Aroeira

Desde a sua campanha eleitoral, Jair Bolsonaro declara-se abertamente inimigo do jornalismo. Ele e seus apoiadores atacam sem cessar jornalistas, órgãos de comunicação e a imprensa em geral. Nas últimas semanas, a ofensiva atingiu chargistas, que exprimem as informações jornalísticas de forma gráfica e com linguagem própria.

Em 15 de junho, o ministro da Justiça, André Mendonça, pediu a abertura de

um inquérito com base na Lei de Segurança Nacional contra os jornalistas Renato Aroeira, autor de uma charge associando Bolsonaro ao nazismo, e Ricardo Noblat, que a publicou em seu blog. É uma tentativa clara de ameaça e intimidação aos jornalistas, que mereceu repúdio amplo das entidades ligadas à categoria.

O novo ataque do governo Bolsonaro, porém, leva a várias considerações.

Tanto quanto pela pura e simples divulgação de informações, base da atividade jornalística, os homens do poder se sentem incomodados pela sátira e pela crítica humorística. Agridem assim o jornalismo em sua amplitude, bem como a própria liberdade de expressão, cláusula pétrea da Constituição.

A escolha pela Lei de Segurança Nacional chama a atenção. Contra o humor, usa-se um dispositivo do arsenal da ditadura militar, tão cara a Bolsonaro. Não por acaso, quatro cartunistas da *Folha de S.Paulo* e o próprio jornal foram interpelados judicialmente por uma associação de oficiais da Polícia Militar – outro “entulho” criado pelo regime autoritário. O motivo foram cinco charges críticas à PM pela ação policial na repressão a um baile funk em Paraisópolis, em São Paulo, que terminou com nove mortes.

Vivemos então num país assim: o presidente, cotidianamente, dá declarações e toma atitudes misóginas, irresponsáveis, autoritárias e ditatoriais, mas quando, numa charge, seu apelo à invasão de hospitais em plena pandemia – o que por si só pode ser considerado um crime – é retratado como cruz hospitalar que se transforma em suástica, aí vê-se uma “ameaça à segurança nacional”. Invoca-se em particular o artigo 26 da lei, que trata de “calúnia ou difamação” contra os chefes dos três poderes. Supostamente, o que se quer preservar são os poderes constituídos. Podemos afirmar, porém, que Jair Bolsonaro faz muito mais para desmoralizar a cadeira presidencial no Brasil do que qualquer chargista jamais poderia fazer.

O mesmo mecanismo ocorre no caso dos oficiais da PM. A polícia invade uma favela à noite, quando ocorre uma festa, e provoca a morte de nove pessoas. Em si, trata-se de uma gigantesca tragédia, oriunda quando menos de uma operação desastrosa, mas sobram evidências de conduta deliberada. Na sequência, porém, vemos a chefia da instituição e o governo do Estado dando ares de normalidade à história. Mais uma vez, vê-se que

estamos em um país elitista e racista: o que aconteceria se a ação policial tivesse provocado nove mortes numa festa nos Jardins?

O que incomoda o oficialato, porém, não são as mortes, são as críticas na imprensa. Tal como Bolsonaro, têm saudades da censura da ditadura, que impedia a imprensa de noticiar os crimes que grassavam nos porões do regime (cujas práticas, por falta de cauterização, se espalharam pelo Brasil como um vírus contagioso).

Direitos sob ataque

Nosso inconformismo com o atual governo não se resume à figura que o chefia. Paulo Guedes dirige o Ministério da Economia como uma guarda pretoriana de bancos e conglomerados, cujos alvos constantes são os direitos ligados ao mundo do trabalho. A MP 936, criada nos escritórios de Guedes, permite que qualquer empresa, independentemente do quanto foi atingida pela pandemia, suspenda o contrato de trabalho (por até dois meses) ou reduza os salários em até 70% (por até três meses) de seus funcionários. Resultado: em meio à necessidade de isolamento social, retiram-se meios de sustento de quem trabalha, em benefício empresarial, dificultando a vida das famílias de assalariados.

Boa parte das empresas jornalísticas usou deste expediente em São Paulo. Houve importante resistência dos jornalistas, junta-

mente com o Sindicato, e foram arrancados relevantes acordos coletivos que minoraram o prejuízo na *Folha* e no *Estado*. Mas houve a imposição de redução por termo individual (dispositivo inconstitucional previsto na MP, e cancelado em liminar pelo STF) na editora Globo, RedeTV, editora Abril, EPTV e outras dezenas de empresas menores.

A MP 936 acabou, recentemente, cancelada pelo Congresso, com o agravante de que agora prevê a possibilidade de os prazos de suspensão ou redução serem estendidos, se houver um decreto presidencial autorizando. Para o Sindicato, caso ocorra, será um momento para renovar a resistência, redação por redação, em defesa dos empregos, salários e direitos.

Varrer o entulho

A luta pela democracia no país, pelo pleno exercício da liberdade de imprensa, passa pelo fim do governo Bolsonaro. Em maio, a Federação Nacional dos Jornalistas, à qual este Sindicato é orgulhosamente filiado, somou-se a diversas entidades para

entrar com um pedido de impeachment do presidente por crime de responsabilidade, ao apoiar e participar de manifestações antidemocráticas pelo fechamento do Congresso e do STF.

A tomada de posição da Fenaj expressa um sentimento de que já não se pode mais tolerar, passivamente, as agressões e ataques sistemáticos emanados do Palácio do Planalto. É o que fez a jornalista Bianca Santana (nossa entrevistada nesta edição), caluniada pelo presidente em uma *live*, processá-lo judicialmente. E o que leva um número cada vez maior de pessoas, a despeito do isolamento social, a ir às ruas contra o atual governo.

Fique claro que a defesa da democracia, para este Sindicato, exige o compromisso com os direitos trabalhistas, sociais, com tudo o que garante ao povo uma existência digna. Quando se fala do governo Bolsonaro, Guedes está incluído. E, para além disso, inclui varrer o entulho autoritário herdado pelo passado, afirmando plenamente a democracia e a soberania popular. Queremos um país que festeje e homenageie a grande obra cotidiana dos jornalistas, de Laerte, Bennet, Montanaro, Claudio Mor e Aroeira, por um futuro melhor para todos. ■

Direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



UNIDADE

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO
DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXPEDIENTE

Diretora responsável Priscilla Chandretti
Jornalista Adriana Franco **Edição de arte**
Fábio Bosquê **Capa** Laerte Coutinho

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Mello, Cinthia Gomes, Decio Trujillo, Fábio Bosquê, Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro, Juca Kfourir, Larissa Gould, Laurindo Lalo Leal Filho, Márcia Regina Quintanilha, Maria Inês Nassif, Mônica Zarattini, Pedro Zavitoski Malavolta e Rodrigo Vianna.

Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSP.

Rua Rego Freitas, 530 – Sobrelaje. CEP
01220-010. São Paulo – SP Tel: (11) 3217-6299

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Paulo Zocchi **Secretária-geral** Cândida Vieira **Secretário de Finanças** Cláudio Soares **Secretário do Interior** José Eduardo de Souza **Secretária de Comunicação e Cultura** Priscilla Chandretti **Secretário de Relações Sindicais e Sociais** André Freire **Secretária de Sindicalização** Lilian Parise **Secretária Jurídica e de Assistência** Evany Sessa **Secretária de Formação Sindical e Profissional** Érica Aragão

DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Ana Flávia Marx, Ana Minadeo, Cláudia Tavares, Clélia Cardim, José Augusto Camargo, Marlene Bergamo, Michele Barros, Raphael Salomão, Ricardo Vital, Sérgio Kalili, Solange Melendez e Thiago Tanji

COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO (CORFEP)

Eduardo Viné, Flávio Carrança e Jorge Araújo

DIRETORES REGIONAIS

ABCD Cadu Bazilevski **Bauru** Sérgio Paes **Campinas** Marcos Rodrigues **Piracicaba** Patrícia Sant'Ana **Ribeirão Preto** Aurení Menezes **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Fernanda Soares **Santos** Solange Santana **Sorocaba** Fabiana Caraméz

DIRETORES DE BASE DO INTERIOR

ABCD Jô Miyagui, Peter Suzano, Roberto Parizotti e Vilma Amaro **Bauru** Antônio Ramos, José Reis, Ricardo Santana, Sérgio Borges e Tânia Brandão **Campinas** Leila de Oliveira e Ricardo Andrade **Piracicaba** Adriana Ferezin, Gustavo Franco Anunciato, Martim Vieira Ferreira (licenciado) e Paulo Roberto Botão (licenciado) **Ribeirão Preto** David Radesca, Nilton Pinati Júnior e Sérgio Sampaio **Santos** Carlos Alberto Ratton, Carlos Norberto Souza e Reynaldo Salgado **Sorocaba** Abner Laurindo (licenciado) e Pedro Jorge Courbassier **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Edvaldo Antonio de Almeida, Rita de Cássia Dell Aquila e Victor Cruz

CONSELHO FISCAL

Amadeu Mémolo, João Marques, Luigi Bongiovanni e Norian Segatto

COMISSÃO DE ÉTICA

Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala, Rodrigo Ratier e Rose Nogueira

sjsp.org.br
 unidade@sjsp.org.br
 /JornalistasSP
 /SindicatoJornalistasSP
 @JornalistasSP

DESTAQUE

Na linha de frente da cobertura da pandemia

Pesquisa da Fenaj revela medo, pressão e aumento de jornada

por Adriana Franco

Para manter a segurança, é preciso ficar longe. Para informar, é preciso estar perto. Essa aparente contradição é como Ricardo Vital, repórter cinematográfico da Rede Globo, fala da sua preocupação com o trabalho durante a pandemia. Motivo de apreensão especial são as coberturas de aglomerações. “A gente procura utilizar todo nosso conhecimento com relação ao equipamento, aproveitando as lentes para chegar mais perto e evitar ir até a aglomeração, um posicionamento diferente para poder informar sem se arriscar. Quando você vê que vai correr o risco, se protege mais: usa duas máscaras, usa óculos de segurança para evitar o contato com a aglomeração, mas muitas vezes acontece de não dar”, explica Vital, diretor do Sindicato.

Marlene Bergamo, repórter fotográfica para a *Folha* e também diretora do SJSP, sente medo de contrair a doença. “Em muitos casos, sinto mais medo de poder estar expondo as pessoas. Posso estar doente e assintomática e transmitir o coronavírus, por isso tento seguir muito à risca as recomendações e protocolos sanitários.”

Ambos estão trabalhando, desde o início da pandemia, sem se contaminar, mas essa não é uma realidade para outros colegas. Na Rede Globo, já houve contaminação de profissionais em diferentes praças, e isso também ocorre em outras redações.

De acordo com pesquisa realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), 20% dos profissionais informaram que alguém, na redação em que trabalha, já se contaminou. A pesquisa sobre as condições de trabalho da categoria durante a pandemia foi realizada entre 20 de maio e 10 de junho de 2020 e, com o passar do tempo, outros profissionais podem já ter se contaminado.

A contaminação, no entanto, não é o único problema enfrentado pelos jornalistas durante a pandemia. Mais da metade (55,5%) dos profissionais participantes da pesquisa da Fenaj relatam o aumento de pressão no trabalho seja por estresse, cobrança por resultados ou sobrecarga e acúmulo de trabalho.

Vital confirma a existência destes outros problemas. Com a redução do número de funcionários, em virtude dos afastamentos preventivos quando os profissionais apresentam sintomas ou estão de fato doentes, surge a dificuldade em manter a mesma equipe trabalhando junta (o que reduz o risco de contágio), e as mudanças no horário de trabalho, com redução das folgas e, consequentemente, no aumento da jornada de trabalho.

Medidas de proteção

Afastamento preventivo para integrantes do grupo de risco, teletrabalho sempre que possível e fornecimento de equipamentos



A pauta era a reabertura de atividades e o repórter fotográfico Roberto Parizotti registrou a movimentação na Av. Paulista

ROBERTO PARIZOTTI

de proteção individual para quem vai para a rua para proteger e evitar o contágio entre os profissionais. Essas foram algumas medidas recomendadas pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) às empresas jornalísticas.

Conforme atesta a pesquisa da Fenaj, diferentes empresas adotaram essas medidas. Mas o levantamento também aponta que, para 6% dos respondentes, nenhuma medida foi adotada pelos empregadores.

O jornal *Cruzeiro do Sul*, de Sorocaba, é um dos que se enquadram nessa minoria. Relatos recebidos pela regional do Sindicato dos Jornalistas contam que a empresa negligenciou medidas básicas, como afastamento de funcionários em grupo de risco, entrega de equipamentos de proteção individual (EPI) de qualidade e em número suficiente, suspensão do self-service no refeitório. Há pelo menos três funcionários que testaram positivo

e outros com suspeita. O SJSP acionou o Ministério Público do Trabalho.

Já a Rede Globo, segundo Vital, implantou medidas preventivas de contágio, mas foram adotadas paulatinamente. “Não foram todas de uma vez. A máscara, por exemplo, foi implantada depois da segunda quinzena.”

Na *Folha de S. Paulo*, relata Marlene, houve o afastamento de profissionais que ficaram isolados após cumprir pauta em hospitais. De acordo com Marlene, os fotógrafos que prestam serviço seguiram remunerados enquanto estiveram isolados.

Pela pesquisa, 46,2% dos entrevistados acreditam que a quantidade de EPIs é suficiente e 36,3% não souberam avaliar. Marlene, por exemplo, não se sente segura. “Creio que nada, nesse momento, é 100% suficiente, mas esses ajustes nos possibilitam trabalhar com um pouco mais de segurança.”



CONHEÇA AS FORMAS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

PARA ACERTAR SUA FORMA DE CONTRIBUIÇÃO, ENTRE EM CONTATO:

sindicalizacao@sjsp.org.br ou (11) 94539-9699

PROPORCIONAL

para jornalistas com vínculo empregatício

1% DO SALÁRIO

com TETOS de
R\$ 38 para o Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 para a Capital

FIXA

R\$ 38 Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 Capital

SOLIDÁRIA

Quantia voluntária com valor suplementar

CAPA

SÃO DIVERSAS AS ARMAS DE BOLSONARO E DO BOLSONARISMO PARA PERSEGUIR A IMPRENSA, COMO RESPOSTA À CRISE E À PANDEMIA. CARTUNISTAS REAGEM, O PRESIDENTE ESTÁ NU.

por Priscilla Chandretti

Jair Bolsonaro subiu mais um degrau – ou um lance de escada – na sua escalada autoritária e na sua incursão contra a imprensa. Seu Ministério da Justiça e sua Secretaria de Comunicação querem imputar ao cartunista Renato Aroeira e ao jornalista Ricardo Noblat o crime de calúnia, segundo a Lei de Segurança Nacional (LSN) da ditadura militar. O primeiro, por criar uma charge relacionando Bolsonaro ao nazismo, na ocasião em que o presidente incentivou seus apoiadores a invadir e filmar hospitais (veja na página ao lado). O segundo, por republicar a charge. Aroeira considera a ação do Ministério da Justiça um “absurdo total”. “O processo é uma ameaça muito grande. Eu já fui processado antes, mas ser processado como

inimigo do Estado é diferente, e sinto um temor muito grande por isso. Como, com aquela charge, eu posso ser enquadrado como inimigo do Estado?”, pergunta o cartunista ao jornal *Unidade*. O pedido de abertura de investigação desencadeou uma ação de solidariedade enorme. “Como a reação foi grande, dá um receio grande para eles também. Foram 400 charges feitas na sequência. Soube hoje, por um amigo, que já chegam a mil. Como você vai processar todos esses? E como você vai processar todas as pessoas que compartilharam? Então, achei que foi muito inteligente e deixou o processo com ar de ridículo. É mais um tiro no pé desse governo. Por isso, a minha expectativa é de que a própria reação bloqueie o andamento do processo, mas eu não confio no Judiciário brasileiro”, conta Aroeira. Usar a LSN contra a imprensa é o absurdo mais recente desse governo, mas não é de

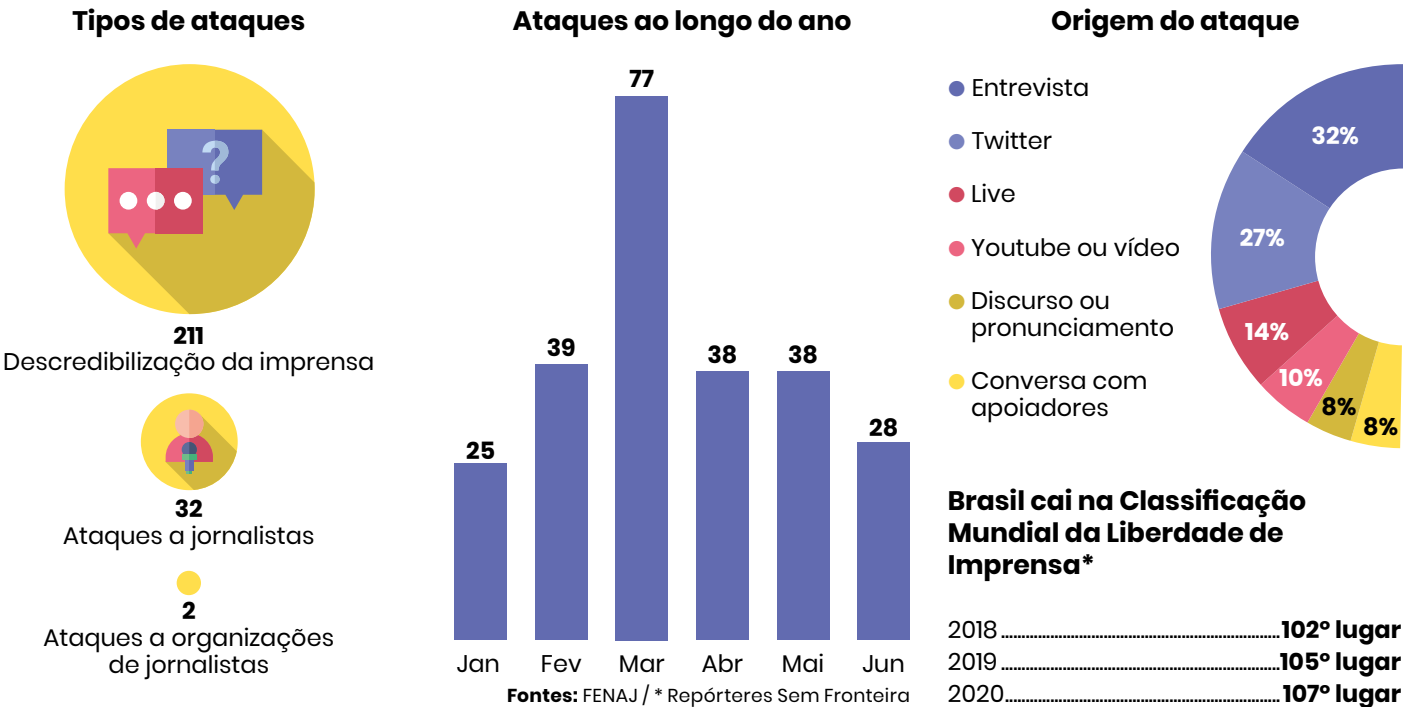
hoje que Bolsonaro é o principal inimigo do jornalismo e dos jornalistas no Brasil. Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Bolsonaro já se referiu à imprensa, este ano, como mentirosa, omissa, sem credibilidade ou confiabilidade, afirmou que ela atrapalha, é uma vergonha, deturpa, esculhamba, tripudia, que faltam notícias verdadeiras, divulga *fake news*, destrói reputações. Todas essas afirmações constam no monitoramento da entidade em relação aos ataques do presidente da República, que foram 245 nos primeiros seis meses deste ano (um deles foi dirigido à jornalista Bianca Santana, nossa entrevistada da página 9). O monitoramento também revela que Bolsonaro subiu o tom durante a pandemia, notadamente em março. O trabalho jornalístico na cobertura do novo coronavírus é alvo reiteradas vezes. Ele afirma que “grande parte da mídia” engana o povo

em relação à covid-19 e propaga “fantasia”, acusa os meios de comunicação de espalharem “sensação de pavor” e causar histeria. A imprensa também é acusada de “fabricar crises” entre seus ministros. A organização não-governamental Repórteres Sem Fronteiras, que publica anualmente uma classificação da liberdade de imprensa com cerca de 180 países, já havia atribuído, em abril, a responsabilidade a Bolsonaro, desde que chegou à Presidência, pela queda do Brasil no ranking; em 2019, caímos da 102ª posição para a 105ª, e agora ocupamos a 107ª. A RSF afirmou que a eleição em 2018 “marcou a abertura de um período especialmente sombrio para a democracia e a liberdade de imprensa”. A afirmação da RSF condiz com o relatório “Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil” de 2019, publicado pela Fenaj. Os ataques cresceram 54% em comparação com 2018.

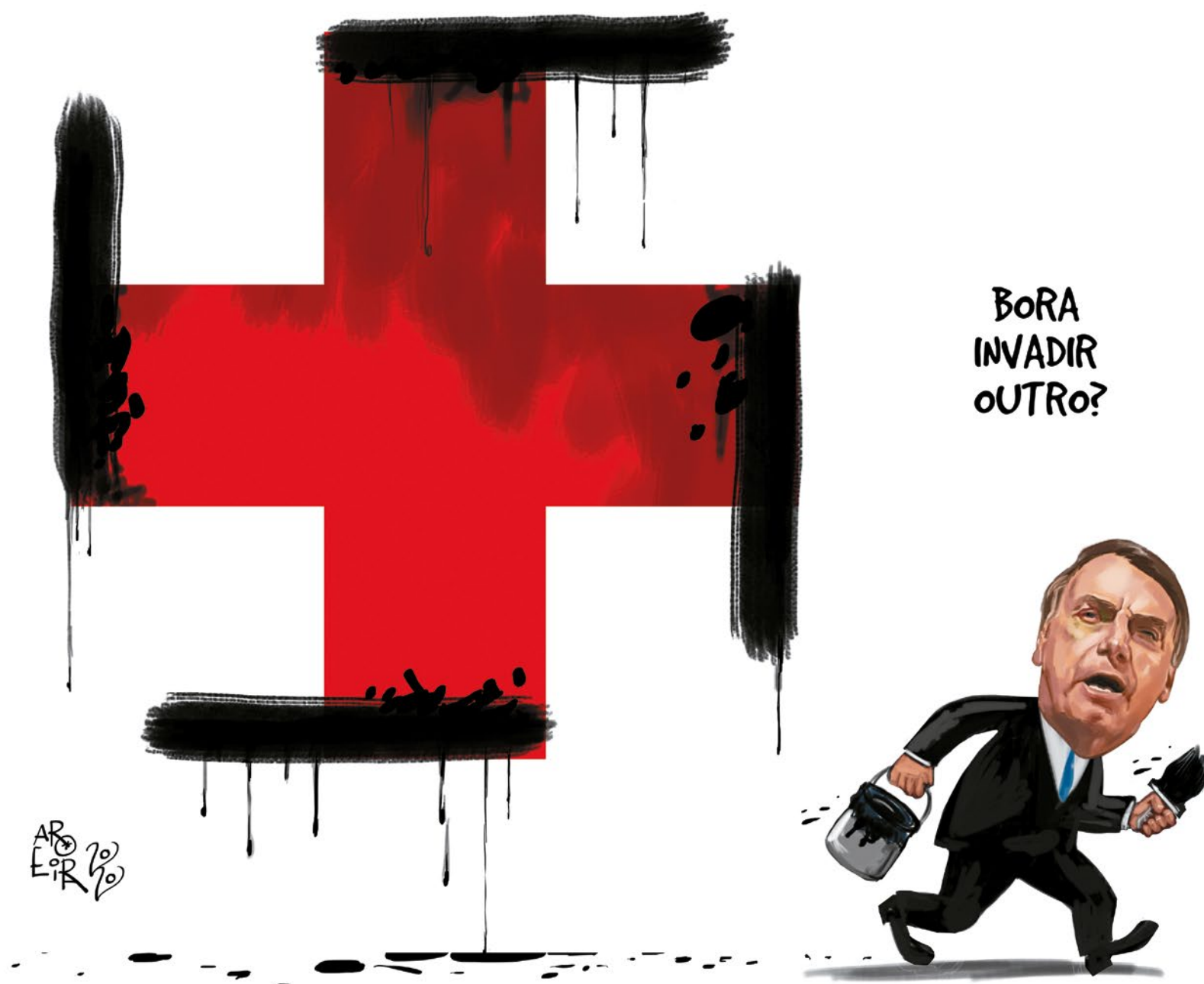
inSEGURANÇA

EM 2020, ATAQUES DE JAIR BOLSONARO À IMPRENSA, AOS JORNALISTAS E SUAS ORGANIZAÇÕES JÁ CHEGAM A

245



CRIME CONTINUADO



NACIONAL

O presidente da República foi, sozinho, responsável por 58% das agressões no ano passado – foram 121.

Em relação ao relatório que a Fenaj publica anualmente, há uma diferença no monitoramento dos ataques proferidos pelo presidente realizado em 2020. Ele passou a acompanhar pronunciamentos de Bolsonaro em todo tipo de meio. Márcio Geroni, jornalista da EBC em São Paulo e um dos diretores da Fenaj responsáveis pelo levantamento, observa que “essas declarações acabam tendo repercussões entre os apoiadores dele. A agressividade começa a acontecer e vai atingindo, na ponta, jornalistas que estão em diferentes pautas, desde reportagens que vão contra interesses da família Bolsonaro, a manifestações antidemocráticas, até coberturas sobre a covid-19. Para as empresas jornalísticas é diferente, até fazem campanha como adversárias do autoritarismo”.

Incentivo a ataques

Uma das frentes dessa agressividade é o “gabinete do ódio” e as hordas bolsonaristas na internet que já perseguiram muitos jornalistas. Foram elas que avançaram sobre a repórter fotográfica Gabriela Biló, do *Estadão*, vazando dados pessoais no início de junho. Uma conta bolsonarista no Twitter expôs informações como números de documentos, endereço e telefone da profissional, depois de a repórter ter noticiado a chegada da Polícia Federal na casa de Sara Giromini (presa, depois, pela mesma Lei de Segurança de Nacional) e ter recebido ofensas dela, registradas em vídeo.

Por diferentes vezes ao longo do primeiro semestre, o presidente da República estimulou que seus apoiadores atuassem com hostilidade à imprensa, durante suas entrevistas coletivas em frente ao Palácio do Alvorada, em Brasília. No dia 30 de junho, a Fenaj, o Sindicato dos Jornalistas Pro-

fissionais do Distrito Federal, o Instituto Vladimir Herzog, o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, o Repórteres sem Fronteiras e a Artigo 19 protocolaram uma ação contra a omissão do governo federal em promover medidas de segurança para garantir a atuação de jornalistas.

A jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, também ingressou com um processo na Justiça por danos morais. Mas agora foi contra o filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, pela ofensa sexista feita em uma *live* em maio. O político a acusa de ter feito “a *fake news* de 2018, para interferir na eleição presidencial”, e de ter seduzido Hans River, tentando “fazer uma insinuação sexual para obter uma vantagem”.

River é o ex-funcionário da agência de disparo de mensagens que fez acusações contra Patrícia e ofensas misóginas durante uma sessão da CPMI das *Fake News*, no

Congresso, em fevereiro. A jornalista foi uma das autoras de reportagem de 2018 que revelou fraudes no uso de CPFs para registrar chips de celular e viabilizar lotes de mensagens em massa, durante o processo eleitoral.

Pelos insultos de cunho sexual que River fez durante seu depoimento na CPMI, Mello já havia iniciado processo contra ele e outras três pessoas que replicaram as agressões, entre elas, Jair Bolsonaro.

Polícia Militar

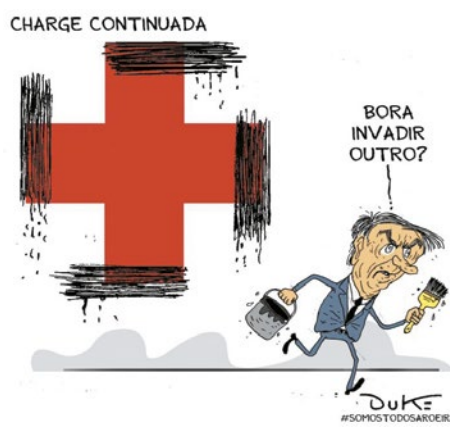
Outro foco de violência contra jornalistas e de tentativa de cerceamento à liberdade de imprensa são os policiais militares, o que não é novo. Os membros da corporação, por si só, já há anos figuram entre os principais responsáveis por agressões aos jornalistas no estado de São Paulo, segundo levantamentos do Sindicato e da Fenaj.

CAPA

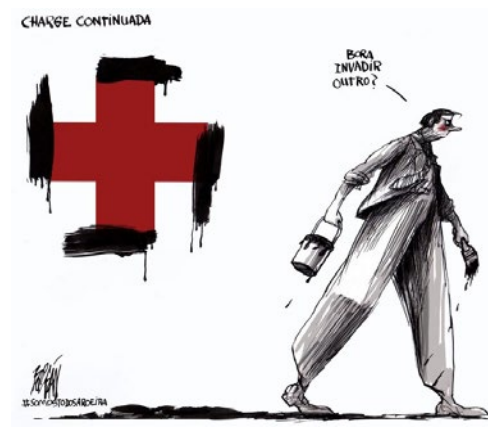
Solidariedade e coragem

Em reação à tentativa do governo de voltar à censura por meio do uso da Lei de Segurança Nacional, centenas de cartunistas e quadrinhistas fizeram releituras em uma grande “charge continuada”. Veja algumas ao lado. O instagram [@somostodosaroeira](#) reúne a maior parte delas. “Eu não fico seguro, mas fico menos inseguro com a proporção da reação”, afirma Aroeira. A própria ação do governo levou a ainda mais gente a imagem que queriam censurar. E a solidariedade dos chargistas, em reposta, denunciou amplamente o caráter autoritário de Bolsonaro. É o tiro no pé.

Duke, charge que iniciou o movimento em apoio ao chargista Aroeira



© Duke



© Angel Boligan

Mais um caso aconteceu no domingo, 14 de junho. O repórter Luís Adorno, do UOL, cobria uma manifestação na Av. Paulista, onde filmava a abordagem policial a três jovens identificados como neonazistas. Nesse momento, o jornalista foi empurrado por um policial militar, o que fez cair o seu aparelho celular e o danificou.

Orientado por membros da Polícia Civil e do Judiciário, Adorno se dirigiu ao 78º Distrito Policial, da Polícia Civil, para registrar ocorrência. “Entrei na delegacia como vítima de um empurrão, depois de trabalhar o dia inteiro, e saí de lá como um injuriador da PM.”

No DP, o repórter foi intimidado pelo mesmo policial que o agrediu e por um delegado, e escutou de outro policial acusações de que o UOL mente. Orientado pelos chefes que estavam de plantão a deixar a delegacia para retornar com um advogado, Luís encontrou obstáculos para deixar o DP. Um Boletim de Ocorrência foi registrado com a versão do PM, que afirmou estar preocupado com a repercussão do fato.

“Mesmo conhecendo os problemas que a polícia tem, eu achei que ia ser uma coisa tão simples, que eu ia relatar o ocorrido e ficaria ali registrado. Achei que ia ser coisa de 10 minutos. Eu não imaginei que isso ia acontecer, ainda mais nos Jardins. Eu fiquei, infelizmente, surpreso”, afirma o jornalista, que é negro e não descarta possíveis aspectos raciais na forma como foi tratado.

Novas formas de intimidação

A Associação de Oficiais Militares do Estado de São Paulo em Defesa da Polícia Militar, que adota a alcunha “Defenda PM”, entrou na Justiça interpelando os cartunistas Laerte, Alberto Benett, João Montanaro e Claudio Mor, e o Grupo Folha. O alvo da organização são cinco charges publicadas após a ação da PM em Paraisópolis, no final de 2019, que matou nove jovens. A interpelação veio em junho de 2020.

Para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, quando um PM age para intimidar um jornalista, na verdade está agindo para impedir a divulgação de abusos ou de violência policial. Representando seus cerca de 2.000 associados, não há dúvida que a

Esta e mais quatro charges publicadas na *Folha de S. Paulo* foram consideradas “constrangedoras” pela Defenda PM

O AUTORITARISMO CONTRA A IMPRENSA NÃO É UMA EXCLUSIVIDADE. MEMBROS DA POLÍCIA MILITAR, HÁ ANOS FOCO DE AGRESSÕES, AGORA ENSAIAM OUTROS MEIOS



BENETT

Defenda PM busca ameaçar e cercear a livre expressão dos cartunistas.

Alberto Benett brinca que, por enquanto, eles pedem apenas uma aula de interpretação de texto. Na sua avaliação, a medida “tem a ver com esse pensamento autoritário, sem dúvida, mas talvez tenha a ver com o mentor intelectual e espiritual do grupo que está no poder. Em um vídeo, o guru [Olavo de Carvalho] diz, literalmente, que é preciso processar os jornalistas para ‘amarrar as mãos do inimigo’. A ruína financeira é o objetivo deles, uma vez que essa é uma forma de censurar também”.

Em uma manifestação conjunta, o Sindicato, a Associação dos Cartunistas do Brasil, a Associação dos Quadrinhistas e Caricaturistas do Estado de São Paulo e o Instituto Memorial das Artes Gráficas do Brasil repudiaram a

perseguição política a Aroeira, Laerte, Benett, João Montanaro e Claudio Mor: “Protestamos contra qualquer tentativa de cercear a liberdade artística, de imprensa, de consciência e o trabalho dos chargistas brasileiros que por meio do traço ajudam na construção de um país mais justo e solidário”.

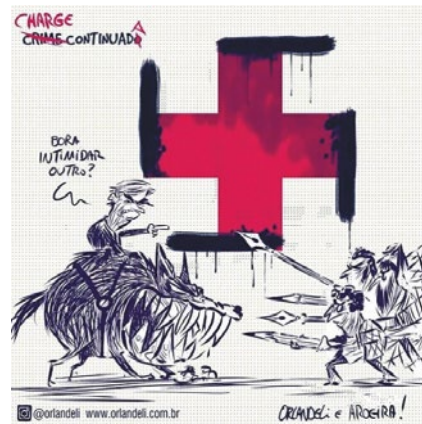
A resistência em uníssono de centenas de chargistas aponta uma resistência coletiva e a necessidade de encarmos, unidos, a violência que atinge cada um de nós, inclusive usando armas que conhecemos bem, como o papel e a caneta. Para Benett, “os cartunistas estão sempre atentos a qualquer tipo de repressão. Não podemos permitir o que aconteceu com cartunistas de regimes repressivos como na Síria e na Turquia. Estamos longe disso, mas tudo sempre começa com alguém que não entendeu uma charge”.



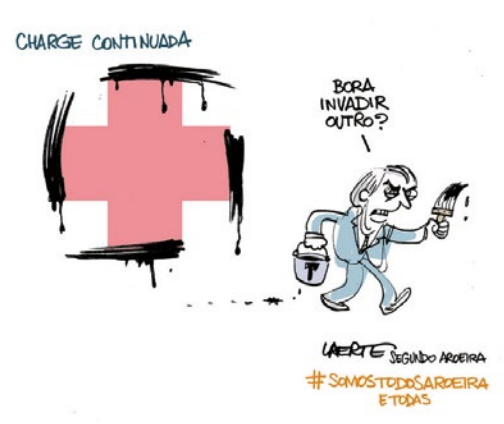
© Janete



© Gilmar



© Orlandeli



© Laerte

ARTIGO

Jornalismo e educação no combate às fake news

por Paulo Roberto Botão

A produção e a distribuição crescente de *fake news* representam um dos maiores entraves à democracia nos últimos anos, pois o fenômeno compromete o pleno exercício da cidadania e, no limite, a capacidade de comunicação e diálogo tão necessária à convivência humana. Trata-se de problema grave e complexo, que requer a atenção do conjunto da sociedade e ações que envolvem formas de controle e regulamentação, mas também o fortalecimento do jornalismo e da educação.

A expressão *fake news* ganhou relevância a partir de 2016, quando a propagação de notícias falsas foi determinante para a eleição de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos. No Brasil, a estratégia foi fator decisivo para a eleição de Jair Bolsonaro e o episódio é objeto de investigação pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e em uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) no Congresso Nacional. Os dois casos demonstram os riscos à democracia.

Em termos conceituais, é indispensável registrar a natureza paradoxal da expressão *fake news*. Se uma notícia for falsa, deixa automaticamente de ser notícia. A denominação, entretanto, decorre justamente da tentativa de seus disseminadores de travestir a mentira, a informação falsa, de notícia. A estratégia de produção, não sem motivo, envolve a criação de sites com aparência e o uso de elementos da linguagem jornalística.

O segundo aspecto a constatar é o de que mentiras, boatos, informações falsas, “*fake news*” de modo genérico, portanto, sempre existiram. A prática de divulgar inverdades com objetivos políticos ou econômicos também não é nova, sendo possível conhecer registros desde a Antiguidade, antes mesmo da imprensa, da internet e do próprio jornalismo.

Feitas essas duas ressalvas, é possível afirmar que as *fake news* são uma novidade do ponto de vista conceitual. O fenômeno só faz sentido no contexto da informação digital e do ambiente de rede da internet, que proporcionam aumento exponencial na velocidade de produção, propagação e consumo das informações, assim como a quase impossibilidade de impedir a circulação destas informações falsas. E neste ponto reside o diferencial, pois as *fake news* operam em cooperação com outros elementos, como o predomínio dos algoritmos e a configuração das bolhas, a inteligência artificial e seus robôs, o *big data* e a ideia-limite da pós-verdade.

As *fake news* e a desinformação atacam grandes conquistas da civilização que se consolidaram no decorrer do século 20. Reverter o caos instalado requer ações no campo político, em termos de medidas de regulação e autorregulação, inclusive com

a restrição às formas de financiamento da atividade, tecnológico, da produção e circulação de informações – e neste ponto o destaque fica com o jornalismo – e, principalmente, da educação.

Iniciativas de regulação, como o Projeto de Lei 2.630/2020, em discussão no Senado, são necessárias, mas só terão êxito na medida em que estiverem embasadas em ampla mobilização de todos os setores envolvidos. Infelizmente, não é o que está ocorrendo, e o projeto, embora tenha mérito e aponte medidas corretas, também contém inúmeras fragilidades, que podem resultar em uma ação inócua e em retrocessos no campo da liberdade de expressão e das garantias da privacidade e do direito à informação.

Jornalismo

A conjuntura atual, reforçada com a pandemia, abre uma oportunidade para o jornalismo, apontado por muitos como o único “antídoto” possível às *fake news*. É fundamental buscar fortalecê-lo enquanto processo social de produção de conhecimento.

Às empresas de mídia e aos profissionais compete demonstrar disposição ao debate franco sobre a natureza e as especificidades da atividade jornalística. Há que se dialogar sobre o erro jornalístico (que não deve ser confundido com *fake news*), o viés e a interferência do poder político e econômico, e sobre a distância em relação ao entretenimento e à propaganda.

Cabe aos jornalistas, e às entidades representativas da categoria, denunciar também as dificuldades existentes para a plena realização da sua atividade. A precarização das condições de trabalho e salário dos jornalistas contribui de forma importante para a piora na qualidade da informação oferecida ao público e, no limite, na confiança em relação ao resultado deste trabalho.

Outro aspecto importante é o da formação do jornalista, nos campos da cultura, da técnica e da ética. No Brasil, a história demonstra as contribuições a partir da obrigatoriedade da graduação específica em jornalismo, retirada pelo STF em 2009. Ao longo de 40 anos de obrigatoriedade do diploma para acesso à profissão, o país viu surgirem dezenas de cursos de excelente nível, programas de pós graduação (mestrado e doutorado), pesquisa qualificada sobre a área e inclusive a convalidação, pelo MEC, de diretrizes curriculares específicas para a formação profissional.

Ainda no campo do jornalismo, merece registro o surgimento dos serviços de *fact-checking*, que no Brasil existem desde 2015. A ação tem sido importante principalmente no trato de informações políticas, mas seu alcance é limitado.

A alternativa mais importante no combate às *fake news*, ainda que tenha efeito apenas a médio e longo prazos, está no campo da educação midiática, que deve ser empreendida desde os anos iniciais da escolarização. A ação pode resultar em uma geração conhecedora do direito fundamental à informação de qualidade, crítica e capaz de fazer a leitura da tecnologia e da complexidade de instrumentos de difusão de informações existentes.

A educação para a comunicação pode ser o caminho de alerta para o perigo das bolhas, dos algoritmos e dos robôs, assim como do comprometimento da privacidade. Pode estimular o apreço pelo jornalismo e a consciência de quão essencial é a garantia da liberdade de expressão e do direito fundamental à informação para todos.

Paulo Roberto Botão é jornalista e mestre em Comunicação Social, diretor (licenciado) do SJSP e membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo.

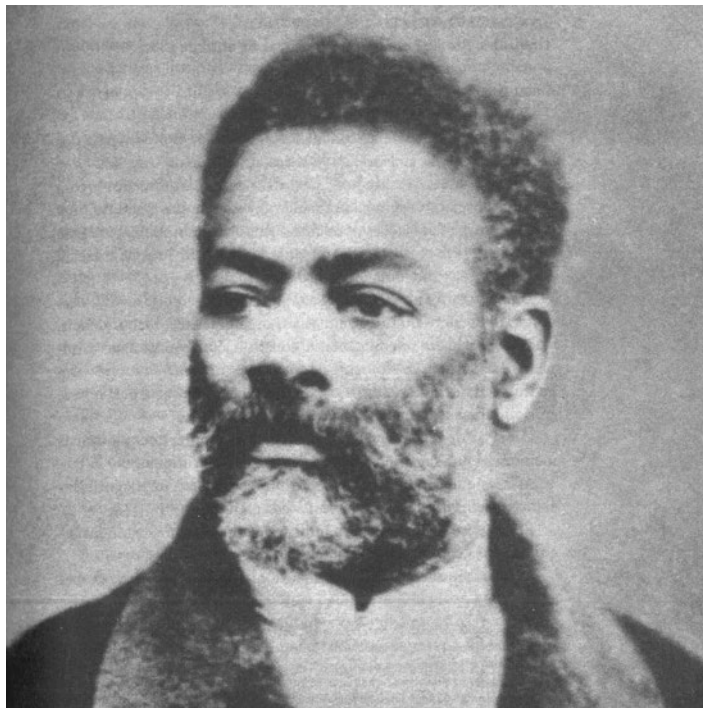
AS FAKE NEWS E A DESINFORMAÇÃO ATACAM O CONHECIMENTO, A VERDADE E OS DIREITOS, E PROMOVEM IDEOLOGIAS DE MORTE E INTOLERÂNCIA

COJIRA-SP

Jornalismo de Luiz Gama é resgatado por Lígia Ferreira

Pesquisadora acaba de lançar o livro *Lições de resistência: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro*

por Flávio Carrança*



REPRODUÇÃO



ARQUIVO PESSOAL

Há unanimidade entre as pessoas que conheço, e muitas que não conheço, em considerar a professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Lígia Fonseca Ferreira como a maior conhecedora da vida e obra do jornalista, advogado abolicionista e poeta Luiz Gama (1830 – 1882), herói da pátria e patrono da abolição do regime escravocrata no Brasil. Responsável pelo resgate da obra escrita de Gama, a professora Lígia organizou, como trabalho pioneiro, a reedição crítica das *Primeiras trovas burlescas de Luiz Gama e outros poemas* (Martins Fontes, 424 págs.), coletânea que inclui o texto cotejado de *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, única obra publicada em vida (1859) pelo baiano radicado em São Paulo, Luiz Gonzaga Pinto da Gama. Seu segundo livro sobre o tema é *Com a palavra Luiz Gama: poemas, artigos, cartas, máximas* (Imesp, 304 págs.).

A mais recente obra dessa intelectual negra paulistana do bairro de Pinheiros, *Lições de resistência: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro*, está sendo lançada em e-book (sairá depois em papel) pela SESC Edições. O trabalho reúne artigos publicados na imprensa abolicionista de São Paulo e do Rio de Janeiro durante as décadas de 1860 a 1880, período em que Gama tornou pública a permanência de escravizados que deveriam estar protegidos pela Lei do Ventre Livre, assinada em 1831. Com introdução e notas da organizadora, prefácio do conhecido historiador Luiz Felipe de Alencastro e orelha do advogado e professor Silvio Almeida, a obra traz uma introdução de quase 70 páginas, necessárias, segundo a autora, para apresentar ao público um livro com muitos textos inéditos: são no total 61 artigos de Luiz Gama publicados de 1864 a 1882, todos assinados por ele, sendo 42 inéditos e focados nos temas da escravidão, liberdade/emancipação e ideias republicanas.

Em suas 389 páginas, o volume inclui ainda vasta cronologia do autor, além de um apêndice com 5 cartas de Luiz Gama e quase 400 notas de pesquisa, sem as quais, segundo a autora, seria impossível para o leitor, muitas vezes, entender de quem ele está falando ou a que lei se refere. “Este não é um livro de cabeceira – adverte a autora –, muitas vezes eu preciso fazer a remissão: ‘Olha, para entender o que ele está falando aqui, olha aquele artigo ali. Olha, ele se referiu a isso aqui na carta que mandou para o fulano’. Então é uma leitura que vai exigir que o leitor não seja preguiçoso, que se interesse e converse com Luiz Gama. Porque ele era um grande comunicador e mostrar isso era meu grande objetivo com esse livro.”

Por que Luiz Gama?

Formada em letras pela Universidade de São Paulo e doutora na mesma área pela Universidade Paris III – Sorbonne, Lígia conta que sua primeira escolha ao entrar na USP foi o jornalismo; e revela ter sido aluna desse curso na ECA USP durante três anos, transferindo-se antes de se formar para o curso de letras. Seu contato mais intenso com a obra de Luiz Gama, no entanto, aconteceu na França, onde viveu durante 13 anos, de 1984 a 1996. Foi lá que começou a estudar sistematicamente a literatura negra brasileira e onde, ao ingressar no doutorado, resolveu pesquisar a origem dessa vertente da literatura brasileira, chegando por esse caminho à figura de Luiz Gama. E revela ainda que tinha um orientador francês, o já falecido professor Georges Boisvert, conceituado lusitanista e também grande conhecedor da cultura brasileira, admirador da obra de Luiz Gama: “Esse meu orientador – conta – se apaixonou pelo Luiz Gama e dizia: ‘Mademoiselle, eu acho que a senhora consegue fazer (a tese) só com esse autor.

Celebrando os 190 anos de Luiz Gama, Lígia sonha que ele passe a ser lido e estudado, além das faculdades de direito, nas escolas de jornalismo

Mas a senhora vai ter que sair em busca de muita coisa; para uma tese de doutorado, a senhora terá que nos apresentar elementos novos’. E foi assim que eu comecei a minha aventura com Luiz Gama”.

Resgate da obra

Morando ainda em Paris, mas vindo periodicamente ao Brasil, Lígia passou a aprofundar os estudos sobre seu objeto de pesquisa, até ter sua atenção despertada para um aspecto que considerou novo e capaz de permitir o avanço no conhecimento de Luiz Gama: o fato de existir muita coisa escrita sobre ele, sobre sua vida, mas pouco conhecimento da obra desse homem que teve na força da palavra seu principal instrumento de trabalho. “O meu projeto e o que tem me levado todos esses anos – explica a pesquisadora – é trazer ao conhecimento público a obra de Luiz Gama. Ele começou com o primeiro livro, que foi uma parte dos estudos que fiz para o doutorado, quando resgatei a obra poética e produzi uma edição comentada, estudada.” Essa mesma lógica, de resgate da obra, foi que a levou ao segundo livro, *Com a palavra Luiz Gama*, coletânea organizada para dar a quem a lê uma ideia de tudo que ele escrevia, uma antologia nunca antes reunida, com artigos, poemas, cartas e máximas, que são pensamentos com uma forma filosófica.

Neste seu terceiro livro, ela procura dar

destaque ao trabalho jornalístico de Gama. Lígia lembra que são reunidas em livros as crônicas do Machado de Assis, de Olavo Bilac e de tantos escritores franceses que atuam no jornalismo, e afirma que uma parte importante da obra de um autor é constituída pela sua participação no jornalismo, especialmente em um período, como aquele em viveu e atuou Luiz Gama, em que o jornalismo era um meio de comunicação e de produção de escrita muito importante. “Não havia escritor, até agora, mas especialmente no século 19 e uma boa parte do 20, – diz Lígia – que também não fosse jornalista. É a obra jornalística. Falo do Luiz Gama como um homem de imprensa, jornalista, mas que foi também articulista, comentarista jurídico, inclusive no âmbito internacional.”

Lígia Ferreira afirma que foi para ela uma felicidade ter concluído seu novo livro a tempo de celebrar os 190 anos de Luiz Gama e que sonha com o dia em que, além das faculdades de direito, ele também seja lido e estudado nas escolas de jornalismo, nos cursos de comunicação brasileiros, principalmente agora que se tem uma outra compreensão do que ele representou ao seu tempo, acrescentando que Luiz Gama só foi um abolicionista com o sucesso que teve, por ter sido também um jornalista de sucesso. “Este livro – conclui – era o presente que eu gostaria de oferecer a Luiz Gama e também aos jornalistas, porque acho que eles eram os seus grandes amigos. Espero que possa ser mais conhecido e lido, pela população brasileira, porque neste momento estamos precisando de exemplos como o de Luiz Gama, da sua inteireza, da sua coerência, da sua defesa permanente das liberdades democráticas.”

* Flávio Carrança é jornalista e coordenador da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial – SP (Cojira-SP)

ENTREVISTA

JORNALISTA, PROFESSORA E ESCRITORA, BIANCA SANTANA TEM UMA TRAJETÓRIA DE COMBATE AO RACISMO E DE AFIRMAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA. MOVE HOJE UMA AÇÃO POR DANOS MORAIS CONTRA JAIR BOLSONARO, QUE A ATACOU EM REDE SOCIAL.

por Adriana Franco, Cândida Vieira, Carlos Mello, Flávio Carrança, Paulo Zocchi e Priscilla Chandretti

AS "FAKE NEWS" DE BOLSONARO

SÃO UMA ESTRATÉGIA EXPLÍCITA E CONSCIENTE

Bianca Santana

Uma jornalista de São Paulo está processando Jair Bolsonaro desde 24 de junho. É Bianca Santana, colunista do canal Ecoa do UOL e das revistas *Gama* e *Cult*, atacada nominalmente pelo presidente, em uma de suas *lives*, como autora de "fake news". A ação de reparação de danos, sob responsabilidade do grupo jurídico da Coalizão Negra por Direitos (da qual a jornalista participa), deu entrada na 31ª Vara Cível do Fórum João Mendes, e exige a retratação pública de Bolsonaro, a retirada do ar do trecho da live em que ataca Bianca Santana e uma indenização por danos morais.

Para a jornalista, o motivo do ataque é uma pergunta insistente que ela apresenta aos seus leitores: "Quais são as relações entre a família Bolsonaro e a milícia envolvida no assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes"? Chama a atenção que a citação a seu nome tenha ocorrido no dia seguinte à decisão do Supremo Tribunal de Justiça de negar a federalização do caso Marielle, tema de sua coluna no período.

O *Unidade* conversou com Bianca sobre a agressividade do presidente contra a imprensa, a pequena presença de negros no jornalismo e o combate ao racismo. Atualmente, Bianca integra o Conselho do Instituto Vladimir Herzog e atua na Uneafro e na Sempreviva Organização Feminista.

É autora do livro *Quando me descobri negra*, de 2015, com relatos de experiências próprias e de outros. "Essas histórias têm uma dimensão profunda e conectada à realidade vivida e compartilhada por nós; é também outro ângulo da minha própria história. Quando escrevo, também elaboro traumas", afirmou para o *Unidade*.

ENTREVISTA



Jornalista e escritora ligada à defesa da democracia e da cidadania, Bianca Santana na Ocupação 9 de Julho, em São Paulo (2019)

VINÍCIUS DE ARAÚJO/ALMA PRETA

PODE COMPRAR MAIS BALA

VOCÊS TENTAM HÁ SÉCULOS.
E SOMOS 54% DA POPULAÇÃO.

COM DINHEIRO E ESTADO NAS
MÃOS,
PROIBIRAM ORIXÁ, CAPOEIRA,
BATUCADA,
ACHINCALHO SUA INCOMPETÊNCIA,
LAROÍÊ!, TOCANDO ALFAIA.

COM MILÍCIA, PARTIDO,
HERANÇA, MÁQUINA,
É FÁCIL ENTENDER
VOCÊ NO PODER.
E EU, FAVELADA?

SEM ESCRÚPULO,
SEM VERGONHA,
SEM PROJETO,
VOCÊ EXTERMINA.

VOCÊ TENTA.

PODE COMPRAR MAIS BALA!

POEMA DE BIANCA SANTANA
In *Um girassol nos teus cabelos,*
poemas para Marielle Franco,
organização Mulherio das Letras, Belo
Horizonte, Quintal Edições, 2018.

“BOLSONARO REALMENTE NÃO SE CONFUNDIU. DE FATO, ELE FALOU MEU NOME, PROVAVELMENTE PARA ME DIZER QUE ESTOU NO RADAR, E TAMBÉM PARA ME COLOCAR NO RADAR DAS MILÍCIAS DIGITAIS.”

Há 15 dias, Bolsonaro voltou a atacar a imprensa em uma *live*. Nesse contexto, te citou nominalmente, como blogueira, falando sobre uma matéria a respeito do PT e “fake news”. É um ataque direto e uma forma de ameaçar. Como você vê a situação?

Há uma técnica de embaralhar as narrativas que sempre gera dúvidas: o copo de leite é mesmo um símbolo neonazista, ou não? Esse jeito de jogar que parece atrapalhado, mas eu tenho lido como algo bem proposital, não é? Ele cita um texto que eu nunca escrevi, fala desse jeito atrapalhado. Num primeiro momento, pensei: ele realmente se confundiu. Na mesa dele, poderia haver textos que eu tenho publicado, nos quais pergunto qual é a relação da família Bolsonaro com o assassinato de Marielle Franco. Mas ele realmente não se confundiu. De fato, falou meu nome, provavelmente para me dizer que estou no radar, e também para me colocar no radar das milícias digitais.

Naquela semana, a gente tinha feito uma campanha contra a federalização do caso Marielle. Juntos, a Coalizão Negra Por Direitos e o Instituto Marielle Franco, fizemos uma campanha de 150 mil assinaturas... E o caso não foi federalizado, em votação unânime do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Um dos ministros do STJ citou a Coalizão Negra por Direitos. Então, imagino que a gente estivesse no radar por isso.

Eu tinha publicado no UOL um texto, que ficou na home por dois dias, perguntando quais eram as relações da família Bolsonaro com o assassinato da Marielle. Eu já tinha publicado isso milhões de vezes. Em 20 de novembro de 2019, publiquei essa mesma pergunta junto com a Anielle, a irmã da Marielle, na *Folha*, e foi destaque na capa do jornal. Então, imagino que eles já deviam estar acompanhando essa pergunta há algum tempo. É uma pergunta muito desconfortável, e sempre reagem com ou-

tras perguntas: E a facada do Adélio? E o Celso Daniel? Não falam sobre a morte de Marielle, pois provavelmente é um tema muito sensível para a família Bolsonaro. Me parece que ninguém dá a atenção devida ao caso Marielle e às relações dessa família milicianiana com o assassinato dela. Eu tenho perguntado isso. Posso escrever um texto sobre um assunto qualquer, e coloco uma frase no meio perguntando quais as relações da família Bolsonaro com o assassinato de Marielle Franco. Acho que foi por isso que ele citou meu nome, e decidi entrar na Justiça contra ele. A peça explica que ele cita o meu nome de forma a atingir a minha honra, o que se relaciona com a perseguição a jornalistas e os ataques à liberdade de imprensa, que cresceram no governo dele.

Em seu relatório anual da violência contra os jornalistas, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) destaca que, no ano passado, o presidente foi a principal fonte de agressão verbal à categoria. Por que o presidente da República odeia a imprensa?

Uma das premissas dessa direita supremacista branca é a de que o pensamento racional, a pesquisa científica e a busca pela verdade os atrapalha. Aí, atacam a ciência e o jornalismo.

Quando produzem *fake news*, não é um equívoco. É uma estratégia narrativa consciente e muito eficiente. A gente pôde ver nas eleições como é eficiente. Propagar mentiras e atacar quem busca a verdade é uma estratégia explícita. Bolsonaro atribui ao jornalista tudo aquilo que ele mesmo pratica para nos desqualificar.

O relatório da Fenaj, no ano passado, falou pela primeira vez de ataque racista à imprensa. Como você vê essa questão?

Os ataques são direcionados para a imprensa, só que os diferentes corpos que representam essa imprensa apresentam

outras características que podem ser mais ou menos atacadas. O Bolsonaro é racista, misógino, e nos ataques que faz à imprensa essas outras características também aparecem. Quando ataca uma mulher branca, faz isso usando uma conotação sexual. É um ataque não só à liberdade de imprensa e à jornalista, mas também se refere ao corpo que ela ocupa, é um ataque à condição de ser mulher. Quando se está em um corpo negro, esse ataque também é racista.

Quando a violência se manifesta, joga com tudo aquilo que algumas autoras chamam de interseccionalidade, e outras de consubstancialidade. A nossa condição mistura uma série de características que mobilizam opressões diversas, e os corpos negros também despertam ataques racistas. E os corpos de mulheres negras, misóginos e racistas.

Há uma coisa que chamou atenção nesses dias, por ocasião do assassinato do George Floyd, nos Estados Unidos: o caso da GloboNews, que colocou só jornalistas brancos na cobertura e foi execrada nas redes sociais, e depois fez uma edição especial só com jornalistas negros. Isso repercutiu em outros lugares. A ombudsman da *Folha*, Flavia Lima, que estudou a presença dos negros no jornalismo, colocou a questão do peso dos jornalistas negros nas empresas. Como você avalia isso?

Esperemos que não seja uma preocupação de apenas uma semana dos veículos... A imprensa brasileira até há pouco tempo não falava o termo racismo, não é? Há veículos que proibiam essa palavra. Além da inexistência de jornalistas negras e negros nas redações, era um tema proibido e muito mal visto. Nos últimos anos, muito por pressão dos movimentos negros, acontece de a imprensa pautar o debate racial. A gente tem visto movimentos tímidos neste sentido. Depois do assassinato do George Floyd, e dos grandes atos nos Estados Unidos, a imprensa aqui se sente bastante pressionada a fazer essa cobertura. Essa pressão internacional não vem de hoje e não acontece só no jornalismo. Fui professora recentemente em um curso no Mackenzie só para estudantes negros de direito, porque os grandes escritórios brasileiros são pressionados pelos escritórios internacionais, clientes deles, a terem advogados negros em seus quadros. Como não têm, estão desesperados para formar pessoas, mas por pressão de mercado e por pressão internacional. Também acho que essa pressão chega ao jornalismo com uma amplitude das vozes críticas reverberadas na internet. A internet não é só dos bolsonismos e não é só do “gabinete do ódio”.

Confesso que vejo esse cenário com muita desconfiança e um pouquinho de esperança. Tenho um pouco de esperança que a pauta racismo se torne prioritária nos veículos de imprensa, e que trazer profissionais negros seja essencial para

Bianca fala em encontro da Coalizão Negra por Direitos (2019): luta para assegurar os direitos humanos da população negra

qualquer cobertura. É fundamental para o jornalismo, mas eu confio tão pouco no Brasil e nas empresas de comunicação que acho que isso dura enquanto for uma demanda de mercado ou das redes. Espero estar errada, mas não sei o quanto isso se torna, de fato, importante na estrutura.

Chama a atenção, na grande imprensa, o fato de que o número de jornalistas negros é muito pequeno. Por que o jornalismo é tão branco? Isso está mudando, até que ponto?

A questão da seleção é um primeiro elemento importante, porque forma cultura. Quando alguém vai prestar jornalismo, já ouvi de muitos colegas negros: “É melhor você não fazer esse curso, porque depois não vai ser contratado como um profissional”. Já é um parâmetro para as pessoas nem buscarem essa carreira. Mas a gente precisa olhar para a história do próprio jornalismo e da imprensa brasileira com mais cuidado, pois a imprensa negra foi muito ativa e importante no Brasil do século 19, até metade do século 20. Eu gostaria de entender: por que isso acabou? O que aconteceu? Tenho várias hipóteses, e acho que é uma pergunta coletiva importante: por que a gente teve uma imprensa negra por meio século e essa imprensa negra acabou?

O segundo é uma percepção de que jornalistas são lidos como intelectuais. Mesmo que o piso salarial seja baixo, que as condições de trabalho sejam precárias, é uma profissão relativamente valorizada, em que as pessoas são tidas como intelectuais. E pessoas negras não são lidas como intelectuais – nem por elas mesmas, nem pela sociedade no geral.

Entrevistei recentemente o Pedro Borges para o *Unidade* (Flávio Carrança), e vejo o *Alma Preta* como uma experiência de imprensa negra emblemática. Acho a presença deles no jornalismo um indício da retomada da imprensa negra nos marcos desse período das redes sociais, e há veículos aparecendo na Bahia, no Rio de Janeiro e em outros lugares. Como você vê essa realidade?

É ótimo que tenha uma imprensa negra que se autodeclara imprensa negra, como é o caso do *Alma Preta*. Com muita alegria, vi o *Alma Preta* nascendo. O *Alma Preta* tem cada vez mais relevância no cenário jornalístico, e não só na comunidade negra. O Pedro é muito alinhado à tradição de movimento negro. É algo de que, às vezes, sinto falta em outros veículos, que ficam na pegada de “agora que tem internet a gente chegou aqui, e estamos começando do zero”. O Pedro sabe que não é isso. Sabe que existe um histórico de imprensa negra, e constrói o *Alma Preta* junto com seus pares a partir dessa história.

Um pouco antes, a gente teve as *Blogueiras Negras*, que começaram em 2013: tinha uma onda de as blogueiras feministas



VINÍCIUS DE ARAÚJO/ALMA PRETA

“SE JÁ CAMINHARAM NUMA FAVELA, DEEM UMA OLHADA NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS. (...) ISSO É SUBSERVIÊNCIA, OU É UM MODO DE LUTAR E RESISTIR MUITO MAIS COMPLEXO?”

e de as mulheres negras se articularem no *Blogueiras Negras*, também reivindicando esse lugar de uma presença de consciência negra na comunicação em rede. E há mesmo experiências na Bahia, como o *Correio Nagô*, e iniciativas no vale do Dendê. Há projetos no Brasil todo, e uma imprensa preta, favelada, que não se chama de imprensa negra, mas que eu leio assim.

Há neste momento uma grande revolta nos EUA, cujo estopim foi um assassinato racista. Que paralelos você vê entre a situação dos negros nos Estados Unidos e no Brasil?

Na história americana, a questão racial sempre esteve pautada nas guerras, na independência, nas eleições presidenciais. Além da violência explícita, da Ku Klux Klan, os negros americanos são realmente minoria, perto de 13% da população, diferentemente do Brasil. E também cito o caso da Argentina: quando vou para lá, sempre dedico um tempo para conversar com pessoas negras e entender um pouco mais da história dos negros e negras na Argentina, porque no final do século 19 eram uma população expressiva. E hoje mal aparecem nas estatísticas. Seja nos Estados Unidos, como minoria, seja na Argentina, os projetos de branqueamento foram efetivos, tanto colocando os negros nas guerras para morrer, quanto com uma política sanitária de extermínio da população negra, muito efetiva no começo do século 20, e ainda trazendo imigrantes europeus.

No Brasil, somos 54% da população. Se a política do Estado é genocida, como estamos vivos e vivas até hoje? Quando eu vejo leituras de que o povo brasileiro é pacífico, e os negros são subservientes, pergunto: “Vocês têm certeza”? Olhe numericamente os negros norte-americanos e as negras e negros no Brasil. Há estratégias de luta, de resistência, de sobrevivência e de vida na população brasileira que a gente não

conhece. Se já caminharam dentro de uma favela de Salvador ou na Cidade Tiradentes, em São Paulo, deem uma olhada nas relações econômicas entre as pessoas. Tem coisa no Brasil que não é o neoliberalismo, que não é o capitalismo, que não é o mercado financeiro, não são os bancos. Tem uma vida que acontece nos quilombos, nos terreiros de candomblé, que é muito interessante como possibilidade alternativa ao capitalismo supremacista branco que a gente vive no Brasil. Então, quando se diz: “Ah, mas aqui os negros não vão pra rua e não colocam fogo em tudo”, paro e penso: isso é subserviência, ou esse é um modo de lutar, de resistir e de fazer muito mais complexo do que aquele que uma foto pode capturar? É mais complexo. A minha avó, essa mulher preta que me criou e que veio do rio São Francisco, tinha discurso racista, falava coisas muito racistas, mas a prática de vida cotidiana era de proteção coletiva e solidária da vizinhança negra.

Essa estratégia que você viu, que você chama de tecnologia social, é isso? É essa relação entre as mulheres negras que se ajudam, uma rede para possibilitar a sobrevivência?

É isso mesmo. É pensar... estamos vivas e vivos, nas condições precárias, nos subempregos, com toda a violência, mas a gente está aqui. E a gente está aqui produzindo as coisas mais bonitas que o Brasil tem, não é? Vão me desculpar, mas tudo que o Brasil mostra com orgulho para fora do Brasil é produção negra.

E como é que a gente faz isso? A Sueli Carneiro se apoia num poeta paraibano [Arnaldo Xavier] que escreveu sobre o matriarcado da miséria, para falar que até pode ser que as mulheres tenham mesmo um papel importante nas famílias negras, mas que isso é uma condição miserável, e não necessariamente algo para a gente se orgulhar ou reivindicar. Esse é um pon-

to do qual eu discordo ferozmente. Acho que é meu ponto de crítica e discordância principal, porque a gente precisa olhar de outro ângulo. A Gabriela Gaia é uma professora da Universidade Federal da Bahia, muito jovem, urbanista, que estudou no doutorado dela o urbanismo em São Paulo a partir de Carolina Maria de Jesus. E tem feito um trabalho com os estudantes negros dela lá na Bahia para compreender a urbanização de Salvador a partir das vivências e das relações sociais. E aí muda completamente a história. Itapuã a gente conhece da música, mas como aconteceu a urbanização de Itapuã? Foi um movimento de moradia, liderado por mulheres negras, com toda a arquitetura e urbanismo pensados ao redor da casa das mulheres, das matriarcas. Não foi uma urbanização que um engenheiro desenhou, mas surgiu dos vínculos sociais dessas mulheres que se articularam como um movimento de moradia.

Quando vejo que a renda média de uma mulher na Cidade Tiradentes é um pouco maior que R\$ 400, e essa mulher é chefe de família nos termos do IBGE, e que além da sobrevivência dela, há os filhos e a comunidade, como essa mulher vive? Porque ela vive! E estabelece trocas e produz. A gente tem que olhar: há ali uma tecnologia que a gente não nomeia, há modos de fazer e de existir que a gente, às vezes, finge que não existem, e isso é uma tecnologia social a ser investigada e a ser priorizada. A minha sensação é de que a gente precisa disso para discutir economia e para discutir desenvolvimento, porque todos os planos econômicos – e mesmo os planos da esquerda – são muitas vezes desenvolvimentistas, colocando dinheiro no grande capital para gerar emprego a partir disso. Não entendo de economia, mas não vejo como isso pode nos beneficiar. Isso beneficia o capital.

Você considera que o jornalismo está mostrando as exclusões sociais que a pandemia expressa, questões que atingem a mulher pobre, negra?

Não acho que a imprensa está fazendo o seu trabalho direito, e o movimento social também não. Não tenho visto reportagens que investiguem onde estão os gargalos, mas os poucos casos que eu tenho acompanhado indicam que a gente teria muito trabalho para fazer. É o caso da história de uma senhora, que teve alta ontem à noite, e que foi motivo de muita alegria. É uma senhora de 69 anos, negra, mãe de santo em São Bernardo do Campo, acompanhada pelo projeto Agentes Populares de Saúde, da Uneafro, e mostra uma série de gargalos no SUS. Há várias coisas que têm solução, mas a imprensa não conta o que está acontecendo, e o poder público não faz nada para resolver (veja em <https://bit.ly/2ZfbioR>). Os jornalistas estão muito ocupados falando de números, e não podem ir lá apurar os casos... ■

FOTOJORNALISMO



© Marcello Fim. Rua Augusta em São Paulo, SP, 2018.

Ação coletiva reúne fotografias na Galeria Solidária

por Mônica Zarattini e Toni Pires

Este é um projeto humano, gentil, solidário. Pessoas fantásticas. Imagens potentes. Neste momento em que vivenciamos os dissabores da pandemia e de um desgoverno que destrói presente e futuro, nos unimos para mostrar o que há de melhor na fotografia brasileira. Afirmamos a máxima “Ninguém solta a mão de ninguém” e resistimos à barbárie e ao obscurantismo. Nessa empreitada de editar imagens que recebemos por meio de convocatória, somos surpreendidos a cada momento com o alto nível das imagens. Todas incríveis.

Em seu primeiro mês de campanha, a **20 X 20 Galeria Solidária de Fotografia** vendeu 94 fotografias e arrecadou R\$ 20.680,00. Beneficiou com R\$ 737,00 cada um dos 16 fotógrafos profissionais que foram prejudicados pela paralisação de suas atividades devido à pandemia do novo coronavírus e que se inscreveram para receber o auxílio. Também destinou R\$ 3.557,00 da venda de 49 fotos aos 18 participantes inscritos na opção de doação 50%. No total, dividimos entre mais de 30 fotógrafos cerca de R\$ 17 mil. É pouco? Não, é muita solidariedade.

Lançada no dia 20 de maio, a **20 X 20 Galeria Solidária de Fotografia** reúne quase 250 imagens. É possível adquirir pelo valor único de R\$ 220,00 fotos de momentos importantes da carreira de profissionais de todo o país, dentre eles alguns de renome, como Nair Benedicto, Paula Sampaio, Cristiano Mascaro, Milton Guran, Bob Wolfenson, Rogério Reis, Claudio Edinger, Elza Lima, Cássio Vasconcelos e João Roberto Ripper, assim como de novos talentos. As imagens estão na plataforma do Instagram **@galeriasolidariadefotografia** e também no blog dos Fotógrafos pela Democracia.

A elaboração do projeto da **20 X 20 Galeria Solidária** teve o cuidado de marcar uma série com o atual momento. Todas as impressões são padronizadas no formato 20x20 cm como uma alusão ao ano de 2020, tendo a marca d'água em alto relevo, em jato de tinta e em papel algodão Canson Edition Rag, gramatura 310g. Mais informações no site da **Arfoc-SP**, realizadora da Galeria. ■



© Tina Gomes. Moça na Cidade Tiradentes em São Paulo, SP, 2019.



© Alice Vergueiro. Câmera Obscura na Vila Romana, São Paulo, SP, 2010.



© Rosane Marinho. Telhado em Córdoba, Espanha, 2017.



© Araquém Alcântara. Vaqueiro em Serra Talhada, PE, 2010.



© Gal Oppido. Modelo Helga Bâeta posa em São Sebastião, SP, 2018.



© José Luis da Conceição. Chuva em São Bernardo do Campo, SP, 1991.

BOLETIM



Acesse pelo QRCode a íntegra das matérias no site do sindicato www.sjisp.org.br

Jornais e revistas: Convenções Coletivas são prorrogadas

Na capital, a assembleia dos jornalistas deliberou por estender a validade da Convenção Coletiva de Trabalho até dezembro. No interior, a extensão foi de 120 dias. Em ambos os casos, foi mantida a data-base em 1º de junho.

📍 <https://bit.ly/2VeAtGV>

Contra Lista de “Antifas”: entidades cobram investigação

Sindicato, Fenaj e ABI cobraram da Alesp investigações que apurem a conduta de um deputado estadual, bem como a averiguação de uso de recursos públicos, para a produção e divulgação da lista que expôs dados de milhares de pessoas, incluindo jornalistas.

📍 <https://bit.ly/3eDB1h1>

EBC: censura e luta

Em ação judicial, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) tenta censurar um grupo fechado dos funcionários da empresa no Facebook, criado por membros e ex-integrantes da Comissão de Empregados para discutir o cotidiano do trabalho. Em outra iniciativa, a empresa afastou um repórter do radiojornalismo da cobertura do Ministério da Saúde, após seu questionamento sobre os critérios adotados para a ocupação de cargos na pasta.

Trabalhadores e entidades representativas dos trabalhadores repudiaram qualificação da EBC no programa de privatização do governo federal. A nota reitera que o ato desrespeita a Constituição Federal.

📍 <https://bit.ly/31b8v2m> e <https://bit.ly/2UQI91Z> e <https://bit.ly/2BaWXIn>

Coronavírus na Record Litoral: SJSP faz ato de denúncia

O SJSP realizou ato na porta da Record Litoral, em Santos, para denunciar a ocorrência de casos de coronavírus no ambiente de trabalho sem que a empresa tenha adotado medidas adicionais para evitar a contaminação dos profissionais. A emissora afirmou que as medidas adotadas eram suficientes.

📍 <https://bit.ly/2YXO5Ya>

Violência contra jornalistas

Leonardo Martins, da Jovem Pan, foi hostilizado por manifestantes, e Luís Adorno, do UOL, foi agredido por um policial militar enquanto cobriam atos na Paulista. O repórter cinematográfico Cícero Silva foi atingido por uma pedra nos atos pró-democracia e o jornalista Rafael Ventura, do site Diário de Ribeirão Pires, foi ameaçado via rede social.

📍 <https://bit.ly/2YWICAT> e <https://bit.ly/3e7Eg0a> e <https://bit.ly/3gbDEqL> e <https://bit.ly/2zAhOgs>

RESENHA

Em romance de Maria Valéria Rezende, a arma é a escrita

por João Marques

“Há um estelionatário, muito bonito na foto de perfil, fazendo vítimas mulheres diariamente. Posso atestar porque conheço algumas delas. Ele se mostra perdidamente apaixonado pela vítima da vez e logo pede dinheiro.” (Trecho de postagem de junho de 2020, do feed de uma mulher, no Facebook).

“Jamais poderíamos ter vislumbrado o destino que nos esperava, a ambas, até o dia que nos deparamos com ele, o sedutor, o irresistível e astucioso que nos encantou e enganou, o lúbrico e mentiroso, ou verdadeiro e apaixonado, nunca o saberíamos ao certo, ele cuja imagem nunca mais nos deixou em paz, Diogo Lourenço de Távoira, demônio com feições e voz de anjo.” (Trecho de carta de 1792, da personagem Isabel, no livro *Carta à rainha louca*).

A ideia para escrever seu mais recente livro, *Carta à rainha louca* (Alfaguara, 140 págs.), surgiu de pesquisa que Maria Valéria Rezende realizava no Arquivo Ultramarino de Lisboa. Lá encontrou parte de documentos sobre Isabel Maria, religiosa, que dirigiu um recolhimento de mulheres no sertão mineiro. No processo, incompleto, havia uma carta, na qual ela se defendia de acusações. Tempos depois, a autora juntou a carta, o contexto social e o papel da mulher branca no século 18, e, com recurso das múltiplas vozes, atributo de sua obra, usou a linguagem da época e

criou a sua história.

Freira, pedagoga, tradutora, formada em Literatura Francesa, Maria Valéria Rezende atuou na educação popular e no movimento sindical dos setores progressistas da Igreja Católica, no qual transcrevia escritos acadêmicos, para linguagem mais acessível. Sua personagem deste livro, leitora voraz, escreve muito bem, habilidade considerada, à época, exclusiva do homem, e faz da escrita seu instrumento de luta, copia e vende obras literárias, falsifica documentos e produz seus próprios textos, tudo para se defender e ganhar a vida.

Esse é o seu quinto romance. Antes, Rezende publicou *Outros cantos*, vencedor do prêmio Casa de las Américas, a história de uma mulher que dedicou sua vida à educação de base, e *Quarenta dias*, vencedor dos prêmios Jabuti, Melhor Romance e Livro do Ano, o relato de uma professora aposentada da Paraíba, que vai a Porto Alegre, passa por privação e abandono, até ser acolhida pela rua. Também escreveu contos, crônicas e infantojuvenis, mas seu grande sucesso editorial foram os três volumes da coleção *Cadernos da História da Classe Operária*, publicados pela Ação Católica Operária, que circularam nos anos 1970 e que, para proteger sua autora de ataques da repressão política, não foram assinados.

No formato de carta destinada à rainha de Portugal, Maria I, cuja narradora, presa num convento em Olinda, faz sua defesa, o novo romance é dividido em quatro capítulos, com trechos rasurados – “as inconvenientes palavras que teimam em escapar” –, críticas e ironias, indignas de serem ditas a uma rainha. Não fosse o sedutor Diogo, as vidas de Isabel e de sua sinhazinha teriam sido diferentes, mas, certamente, não menos sofridas; agora, quanto às vítimas do golpista das redes sociais, não tive mais notícias. ■

DICAS DE LEITURA

Nada digo de ti, que em ti não veja

Eliana Alves Cruz | Pallas, 204 págs.

Novo romance da jornalista e escritora, mistura ficção e pesquisa histórica e mostra o Rio de Janeiro de 1732, cidade com ruas sujas, racismo, fanatismo religioso e preconceito.

Diário da catástrofe brasileira

Ricardo Lísias | Record, 352 págs.

Iniciado com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência, livro analisa a campanha e o primeiro ano do (des)governo, de forma original, às vezes assustadora, outras, engraçada.

A máquina do ódio

Patrícia Campos Mello | Cia das Letras, 196 págs.

Alvo de ataques intimidatórios do chamado gabinete do ódio e de suas milícias digitais, repórter discute como as campanhas de difamação podem ser a nova forma de censura.

Curto Circuito

Laura Carvalho | Todavia, 144 págs.

Livro apresenta as cinco funções do Estado, que a pandemia ajudou a revelar, e faz uma reflexão sobre a crise sanitária e os conceitos decisivos do pensamento econômico.

Violência e a história da desigualdade

Walter Scheidel | Zahar, 616 págs.

Traduzido por Vera Ribeiro, autor defende que a redução das desigualdades, historicamente, só se deu nas grandes catástrofes, com poucas exceções, como a América Latina dos anos 2000, quando não foi duradoura.

DICAS DE FILMES por Cineclube Vladimir Herzog

O Estrangeiro (FRA/ITA)

Luchino Visconti

Filme de 1967, baseado em livro de Albert Camus, capta a atmosfera trágica do escritor e narra a história de um francês julgado pela morte de um argelino.

www.youtube.com/watch?v=Gh1-YXu23Ok

Os Cafajestes (BRA)

Ruy Guerra

Filme de 1962, indicado ao Urso de Ouro no Festival de Berlim, com Jece Valadão e Norma Bengell. Jovem rico e mimado organiza um plano e arma chantagem.

www.youtube.com/watch?v=6LfThIbe2YE

Das Tripas Coração (BRA)

Ana Carolina

Filme de 1982, melhor direção e montagem em Gramado. Colégio católico sofre intervenção e, com o fim das atividades, alunas e professoras liberam suas inquietações.

www.youtube.com/watch?v=nz-_pdQk-j4

A Rainha Margot (FRA/ALE/ITA)

Patrice Chéreau

Filme de 1994, baseado no romance de Dumas, com Isabelle Adjani, prêmio do Juri em Cannes, apresenta versão realista da Noite de São Bartolomeu, em 1572.

www.youtube.com/watch?v=qELTp580_1g



Norma Bengell e Jece Valadão no filme *Os Cafajestes*, de 1962

O Homem Elefante (EUA/GB)

David Lynch

Filme de 1980, baseado em história real, com Anthony Hopkins. Portador de neurofibromatose múltipla, exibido como monstro em circos, é salvo por um médico.

<https://www.youtube.com/watch?v=O5HDmM87XGs>

MEMÓRIA

Noé Gertel, um “perigoso” camarada

por Norian Segatto

Em seus mais de 80 anos de vida, nosso Sindicato é uma referência de luta democrática. Por aqui passaram nomes que, com sua dedicação ao jornalismo ou sua militância social e política, fazem parte da história do país, do jornalismo e dos jornalistas.

O Centro de Memória, a que a atual gestão deu início, tem o objetivo de resgatar essas histórias. Nesta edição homenageamos Noé Gertel, sindicalizado número 412.

Noé nasceu em 26 de março de 1914, mas comemorava o aniversário no dia 25, em homenagem ao Partido Comunista Brasileiro (PCB, fundado em 25 de março de 1922). Gertel foi, desde a juventude até sua morte, um convicto comunista.

E pagou por sua inabalável convicção. Entrou para o PCB aos 18 anos, em 1932; participou da criação da ANL (Aliança Nacional Libertadora), frente de esquerda organizada contra o fascismo em 1934, e da tentativa de levante popular no ano seguinte, conhecida como Intentona Comunista. Com o fracasso da revolta, saiu de São Paulo para morar clandestinamente no Rio de Janeiro, junto com sua esposa Raquel, também comunista, e com a filha recém-nascida, a atriz e jornalista Vera Gertel.

Preso, foi condenado a cinco anos de cadeia, que cumpriu entre 1939 e 1944 na Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Com ele no presídio estavam outros tantos comunistas como Jorge Amado, Agildo Barata (pai do humorista Agildo Ribeiro), David Capistrano e Carlos Marighella. Nesse período, sua filha só conseguiu visitá-lo duas vezes.

Após sair da prisão e voltar para São Paulo, passou a trabalhar no jornal *Hoje*, publicado pelo PCB – sigla que voltara a ser legalizada após o fim da Segunda Guerra.

Essa liberdade, no entanto, durou pouco. Em 1948, o PCB voltou à ilegalidade. No dia 2 de janeiro, a polícia tentou invadir a sede do jornal para evitar a saída de uma edição em homenagem ao aniversário de Luiz Carlos Prestes, que ocorreria no dia seguinte. Noé e o editor Joaquim Câmara Ferreira (também sócio do Sindicato, número 432, assassinado em 1970) resistiram com armas em punho e tentaram escapar pelos fundos do prédio, escalando telhados enquanto trocavam tiros com a polícia. Gertel foi preso novamente, mas desta vez cumpriu a pena em São Paulo.

Trabalhou por volta de três décadas no



ARQUIVO PESSOAL

Grupo Folha. Isso não impediu, no entanto, de ainda ser considerado um “perigoso comunista” pelos órgãos de repressão. Nos primeiros meses do golpe de 1964, sua casa foi invadida, Raquel agredida e levada presa. Noé conseguiu se esconder e só se apresentou à polícia após a mediação da direção da *Folha de S. Paulo*.

Na *Folha*, onde ficou até 1980, foi repórter, chefe de reportagem e crítico de cinema. Encampou várias lutas, como pela liberação do filme *Rio 40 graus*, de Nelson Pereira dos Santos. Como repórter da *Folha da Noite*, foi julgado, em 1950, por suposto crime de imprensa, ao se recusar a identificar fontes de uma matéria. Foi absolvido pelo Tribunal Especial de São Paulo; essa luta se tornou um dos símbolos da liberdade de imprensa.

Ao sair da *Folha*, passou a editar o *Voz da Unidade*, jornal ligado ao PCB. Aposentado, foi para Praga trabalhar em um rádio. Morreu em 2002, aos 87 anos, pai de dois filhos e avô de dois netos.

“Meu pai foi um dos ‘suspeitos de sempre’”, conta Vera ao *Unidade*. “Qualquer agitação política, e foram muitas, lá ia para a cadeia. Quando não era ele, era minha mãe, Raquel. Um não vivia sem o outro, só que não sabiam disso. Meu pai era de uma solidariedade imensa. Embora fosse contra a luta armada, abrigou o Marighella em seu apartamento durante dois meses, logo depois do sequestro do embaixador dos EUA. Sempre foi um comunista não ortodoxo”.

Nos últimos anos de vida, Noé Gertel participou do “Clube dos Ursos”, nome dado pelo escritor Luiz Maria Veiga ao grupo de amigos e intelectuais que se reunia semanalmente em uma pizzaria na rua da Consolação. Noé era o presidente de honra. “Certa vez, fui a São Paulo só para visitá-lo. Deixou-me plantada na sala assim que cheguei porque tinha uma reunião importante. Fiquei plantada lá com cara de tacho. Era o tal clube. Falavam de tudo, brigavam a altos brados, discutiam, depois iam para o Café ao lado. Numa outra vez que fui a São Paulo, levou-me e fiquei fazendo parte do clube até hoje quase como sua substituta. Até fizemos um brinde quando Noé morreu. Ô cara para gostar da vida”, relembra Vera. ■

O Centro de Memória do Sindicato é um projeto coletivo. Para colaborar, entre em contato conosco.



COLUNA DO JUCA

A pós-pandemia

por Juca Kfoury

Uma das piores consequências da derrotada greve dos jornalistas de 1979, que apoiei, foi a descoberta de que era possível fazer jornais e revistas com menos jornalistas.

Uma das possíveis consequências da pandemia será mais um passo em direção ao esvaziamento das redações.

Mal ou bem proliferaram as entrevistas “on-line” e, sobretudo, a praga das “lives”, porque todos estamos em regime de “home office”.

Antes fosse o uso de estrangeirismos desnecessários o maior dos problemas, embora nossos invejáveis colonizadores, além de terem tratado a pandemia com a competência que falta aqui, ficaram em “teletrabalho” e fizeram “diretos”.

Poderíamos, ao menos, fazer “ao vivo”, como na TV.

Enfim, como já dito, nossas macaquices, que Portugal rejeita, ficam em plano secundário.

Enfrentar o tal do novo normal com altivez é que vão ser elas.

Por que ir ao entrevistado na esquina, ou na China, se basta dar um zoom, um skype ou qualquer um desses meios que viraram tão familiares como dar um google?

E a custo zero!

Alguém desavisada ou desavisado que esteja lendo estas pobres linhas há de pensar: “pô, não dá ideia”.

E você acha que precisa?

A bola está quicando na área apenas à espera de quem faça o gol, eventualmente gol contra o bom jornalismo.

Não sei como tem sido com você nos últimos tempos, cada um é cada um, mas nunca me senti tão explorado a partir ali do 40º dia de isolamento, quando a praga ganhou força.

Eram duas, às vezes três “lives” por dia.

Como dizer que não tinha tempo se, em tese, o tempo sobrava?

Como negar uma horinha ao amigo que está começando promissor videoblogue, ou à emissora de rádio dos cafundós, ou ao sindicato x, y ou z?

E os TCCs, agora on-line?

Não, a questão evidentemente não é pessoal, e aquilo que for individual cada um que resolva como puder, aprendendo a dizer não, por exemplo.

O busfílis está em como o novo dia a dia refletirá nas relações de trabalho nas empresas de comunicação.

Uma emissora paulistana considera mais importante dar o número de curados da Covid-19 que o de óbitos.

Outra emissora, de Taquaritinga, substituirá o obituário por uma seção de natalidade. ■

UMA DAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA SERÁ MAIS UM PASSO EM DIREÇÃO AO ESVAZIAMENTO DAS REDAÇÕES

CARTAS

Muito obrigada pelo carinho. Para sempre lembraremos dessa luta. E como disse ao Zocchi, sem vocês não teríamos chegado a lugar algum. A edição está forte e bem resolvida. A capa é um primor, o conteúdo muito atual com lindas imagens. **Patrícia Zaidan**, jornalista sindicalizada e entrevistada da edição 404

A qualidade gráfica e do conteúdo do novo *Unidade* é uma melhoria não só na comunicação com a classe como uma renovação das práticas do bom jornalismo. O *Unidade* prova que as dificuldades impos-

tas pelas mudanças laborais não aniquilaram a força sindical. Parabéns pelo bom jornalismo que estão a fazer pela classe! **Claudio Vitor Vaz**

Zocchi, parabéns pelo *Unidade*. Por favor, transmita à equipe do jornal e à diretoria. **Fred Ghedini**, ex-presidente do SJSP

Muito bom nosso *Unidade*. Parabéns. Sou antigo associado, aposentado, e sinto orgulho do Sindicato, sempre combativo e vigilante pelas causas da justiça e democracia. Abraços a todos os colegas! **Milton Saldanha**, aposentado sindicalizado, MS 4119

Também quer se manifestar e mandar sua opinião sobre o jornal *Unidade*?

Escreva para unidade@sjsp.org.br

TRAÇO LIVRE | por Junião

DONA ISAURA

TIRAS

JUNIÃO. | www.juniao.com.br

